

FREITAG, R. M. K. Entrevista com *ReVEL*, v. 21, n. 41, 2023. [www.revel.inf.br].

## **A(s) linguística(s) e a linguagem neutra: Entrevista com Raquel Meister Ko Freitag**

Raquel Meister Ko Freitag<sup>1</sup>

**ReVEL - A linguagem neutra é um tema bastante discutido atualmente e que pode ser abordado por diferentes perspectivas. Qual é o papel da(s) Linguística(s) para contribuir com a discussão a respeito do assunto?**

**Raquel Freitag** - A Linguística é o campo da ciência que lida com o funcionamento da língua. Por ser um objeto amplo e multifacetado, diferentes vertentes da ciência linguística podem contribuir com sua especificidade de atuação, desde abordagens teóricas, que podem discutir as possibilidades do sistema da língua em acomodar novas formas, a abordagens empíricas, que descrevem os padrões de uso de novas formas em diferentes situações, os custos do processamento das novas formas ou as ideologias circundantes dessas novas formas na sociedade, dentre outros recortes e possibilidades.

Neste momento da dinâmica da língua, há ainda empiricamente muito pouco uso dessas novas formas, e ainda circunscritos a grupos específicos. Os estudos descritivos, neste momento, ainda são escassos por conta disso; para obter dados, é preciso caçá-los em lugares onde se concentram (daí a maior parte dos estudos empíricos sobre o tema se valer de redes sociais), ou elaborar situações experimentais para a obtenção de julgamentos e avaliações.

Por outro lado, há muitas opiniões sem embasamento, mas que ganham espaço na mídia e status de discurso de autoridade, assim como há uma grande produção de manuais prescrevendo o uso de linguagem neutra na comunicação cotidiana. Há ainda

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe.

iniciativas legislativas para proibir ou barrar o seu uso (que é, diga-se, ainda muito restrito). E a Linguística, assim como as demais ciências, está bastante periférica deste debate: nas audiências das dezenas de projetos de lei proibindo linguagem que estão em tramitação em nível federal não houve a participação de linguistas. Em termos de inserção social, estamos no mesmo patamar que estávamos há 20 anos atrás, quando da Lei dos Estrangeirismos, que tinha por objetivo proibir palavras estrangeiras (?) no uso cotidiano; ou há pouco mais de uma década atrás, quando um livro didático que apresentava uma noção de uso variável da concordância verbal ganhou as manchetes do Jornal Nacional com o enfoque no uso errado da língua.

Para além de descrever e produzir conhecimento, a Linguística precisa de uma postura mais ativa para levar à sociedade os avanços deste campo. Na verdade, não só a Linguística, a ciência de uma maneira geral, e a pandemia deixou bem evidente essa necessidade. A divulgação científica sobre linguística precisa ser abordada na formação inicial de profissionais da área, a fim de quebrar o ciclo obscurantista em que vivemos.

**ReVEL - A mudança na expressão de gênero na língua pode se dar sem aprendizagem formal? Ou seja, podemos imaginar uma mudança linguística que aconteça em todas as classes e faixas etárias, daqui a algum tempo?**

**Raquel Freitag** - Podemos imaginar o que quisermos, e existem muitas distopias por aí. O que não podemos é vaticinar o que vai acontecer e em quanto tempo isso vai acontecer em termos de mudança da língua. Mesmo abordagens que assumem a natureza probabilística do sistema, como a sociolinguística, não têm poder preditivo do que vai acontecer na língua. É possível, a partir dos usos e da dinâmica das forças que os regem, a predição de um cenário, mas não podemos garantir que as mesmas forças continuarão atuando com a mesma intensidade e direção para atingir uma mudança.

**ReVEL - Vemos muitos comentários acerca da "corrupção" da língua portuguesa com a entrada dessa terceira expressão de gênero. Esses**

**comentários seguem um raciocínio bastante preso às concepções da gramática tradicional. Na sua visão, qual é o lugar dessa posição no debate desse tema?**

**Raquel Freitag** - O primeiro ponto a ser esclarecido é que gramática tradicional não pode ser entendida como uma força refreadora de usos. Esse entendimento equivocado tem trazido muitos malefícios para uma educação para a diversidade linguística. As gramáticas da tradição gramatical contemporânea são bastante alinhadas aos usos em sociedade, e Carlos Alberto Faraco, em *Norma culta brasileira: desatando alguns nós* (2008), desmistifica essa relação negativa associada às gramáticas. Gramáticas codificam regras, de uma variedade de dado grupo em dado tempo, e mudam. Apenas um exemplo no campo do gênero, a palavra *presidenta*. Embora já prevista em instrumentos normativos, inclusive no VOLP, na 39ª edição da Moderna Gramática Portuguesa (2019), Evanildo Bechara adiciona uma observação explicando que *presidente* pode ser um nome comum de dois gêneros, ou pode ser um nome biforme, com a forma feminina *presidenta*. Foi a partir da ocupação de um espaço de poder por uma mulher que a forma passou a ter maior uso e visibilidade; foi a partir do uso que a regra foi explicitamente descrita em instrumentos normativos.

Ainda no campo do gênero, mesmo gramáticas tradicionais têm uma seção para tratar de palavras que oferecem dúvidas quanto ao gênero, ou palavras de gênero vacilante. É o caso de *cal*, por exemplo. E, mesmo em gramáticas tradicionais, há registros de palavras que mudaram de gênero, o mais famoso é o caso de *tribo*, que já foi nome masculino, e neste momento é um nome feminino. Então, se considerarmos mudança, o domínio do gênero é relativamente sensível, inclusive nos instrumentos normativos, as chamadas gramáticas tradicionais. Para que uma regra seja codificada em uma gramática, é preciso que ela seja produtiva, no sentido de ser usada. Se queremos que uma regra entre em um instrumento normativo, precisamos fazer uso dela. Gramáticas descrevem usos de uma variedade específica, eleita a modelar da língua. Para entrar na gramática, é preciso ter uso.

Diferentemente de gramáticas, manuais são instrumentos linguísticos que prescrevem regras que não necessariamente têm lastro nos usos é o que acontece com manuais de linguagem não sexista, linguagem inclusiva e linguagem neutra. Manuais são instrumentos para conduzir usos em direção a um efeito (não visibilizar gêneros,

incluir gêneros, neutralizar gêneros), e não a descrição de usos. É preciso ter educação linguística para discernir entre estes instrumentos e suas finalidades, e isso deveria fazer parte dos programas de ensino de língua materna, tanto na formação inicial docente, quanto na educação básica.

Assim como há comentários que evocam o purismo, há comentários que evocam que o latim tinha gênero neutro, e que por isso o português pode passar a ter uma forma neutra. Ou que outras línguas têm forma neutra, e que o português também poderia ter. O alemão é uma língua com gênero neutro, mas também tem o mesmo uso que temos de masculino genérico.

Falta mais discussão qualificada sobre o tema, inclusive sobre aquilo que pensamos já saber: a abordagem da tradição gramatical. Muita gente evoca gramática tradicional, mas tem dificuldade de apontar qual gramática e em que página há evidências. Não só para as marcas de gênero, mas para vários fatos variáveis da língua atual. Precisamos ler gramáticas, e não achar que sabemos do que elas tratam.

**ReVEL - Você costuma advogar por uma linguagem inclusiva de gênero, por não existir neutralidade. Poderia falar mais sobre como seria a linguagem inclusiva de gênero e qual(is) a(s) diferença(s) para uma linguagem neutra?**

**Raquel Freitag** - Mesmo no escopo de movimentos que advogam por grupos, como os movimentos feministas e LGBT+, há diferentes vertentes, com diferentes concepções e diferentes modos de conceber a relação de gênero e de língua.

Existem pelo menos três vertentes, que assumem premissas distintas e têm instrumentos distintos de implementação. Uma delas é a da linguagem não sexista. Este movimento prega a escolha de estruturas disponíveis no sistema linguístico para não visibilizar gêneros. Em 1996, a UNESCO publicou *Redação sem discriminação: pequeno guia vocabular com dicas para evitar as armadilhas do sexismo na linguagem corrente*, com tradução para o português, espanhol e inglês, que sugere estratégias de escrita sem alteração na grafia e sem recair na forma binária. Em cenário nacional, o *Manual para uso não sexista da linguagem*, elaborado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2014, orienta a revisão da linguagem internalizada na administração e apresenta possibilidades de construções inclusivas com o objetivo

de promover “a transição para um outro modelo de tratamento linguístico, com maior visibilidade das mulheres e onde o uso do masculino não continue a legitimar a ideia já ultrapassada de superioridade de sexo” (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014, p. 9). Uma das formas propostas por este manual é, quando em referência a pessoas, a substituição de substantivos no masculino por outros que reportem conjunto ou grupos de pessoas, ou que expressem a noção de coletividade sem especificar o gênero. Alguns exemplos: em vez de usar de “os meninos”, “as crianças” ou “a infância”; em vez de “os homens”, “a população” ou “o povo”; em vez de “os cidadãos”, “a cidadania”; em vez de “os filhos”, “a descendência” ou “a prole”; em vez de “os trabalhadores”, “o pessoal”; em vez de “os professores”, “o professorado” ou “o corpo docente”; em vez de “os eleitores”, “o eleitorado”; em vez de “os jovens”, “a juventude”; em vez de “os homens”, “a humanidade”. Outra proposta é substituir a pessoa pela ação, em vez de “o requerente”, “a pessoa requisitante”.

O movimento por linguagem inclusiva busca a representatividade de grupos discriminados e invisibilizados, como por capacitismos, por origem étnica, por gênero, provendo a inclusão pela linguagem. A Secretaria de Comunicação do Congresso Nacional (Secom), em seu manual de comunicação, tem uma seção específica para linguagem inclusiva. Em relação ao gênero, “deve prevalecer como a pessoa reconhece e percebe a si mesma”.

Nas situações em que a referência ao gênero de pessoas é ampliada, em um processo de referência ao coletivo da categoria, sem indicação específica ao gênero, configurando uma situação de referência generalizada, em vez do uso do masculino genérico, são listados os gêneros em forma redundante. Enquanto a proposta da linguagem não sexista é substituir o masculino genérico, como *meninos*, por um hiperônimo sem referência ao gênero, como *crianças*, a proposta de uma linguagem inclusiva é explicitar os gêneros. A explicitação de gênero envolve expedientes como a formação de sintagmas nominais coordenados, *menino e menina*, ou a inserção de expedientes para dar pistas de outros gêneros alternativos, como /, ( ) ou ., como em *menino/a*, *menino(a)*, *menino.a*.

Há um projeto de lei federal (4610/2001), aguardando para entrar em pauta em votação ordinária, que trata de linguagem inclusiva nas comunicações oficiais. Em linhas gerais, o projeto propõe que toda referência à mulher deve ser feita expressamente no gênero feminino, ou, mais especificamente, quando “‘homem(ns)’

estiver se referindo a pessoas de ambos os sexos, deverá ser empregada a forma inclusiva ‘homem(ns) e mulher(es)’.”. Esse PL foi tramitado em todas as instâncias exigidas, mas nunca foi colocado em votação. Outros dois projetos que tratam da mesma matéria foram apresentados à Câmara, o PL 6653/2009 e o PL 3756/2015. Em uma perspectiva inclusiva, toda a referência a corpo com gênero deve ser incluída, daí a linguagem não sexista ser uma proposta mais abrangente quanto à diversidade de gêneros, já que as estruturas da língua são manipuladas para não visibilizar a entidade nomeada genericada.

O movimento de linguagem neutra prevê a neutralização do gênero. Não dar evidência ou visibilidade a um gênero, como o movimento de linguagem não sexista propõe, é diferente de neutralizar o gênero. Pessoas têm gênero, e sequer sabemos quantos são os gêneros, haja vista movimentos LGBTQ+ adicionarem sistematicamente novas possibilidades de expressão, identificação e orientação.

Neutralizar o gênero é utilizar uma forma para não referir a gênero. Por exemplo, o *Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa* apresenta as formas para uso de linguagem neutra de gênero: “Aplica-se a pessoas não binárias, bebês intersexo, ao nos referirmos a um grupo de pessoas com mais de um gênero ou quando não sabemos quais pronomes usar com determinada(s) pessoa(s)” (Almeida, 2020, p. 7). As formas não binárias emergentes são, ao mesmo tempo, gênero (aplicada a pessoas não binárias), neutralização de gênero (grupos de pessoas de mais um gênero), e indeterminação de gênero (quando não sabemos que pronome utilizar). O sistema da língua já dispõe de uma forma para essas mesmas funções, o masculino genérico; ao substituí-lo por outra forma, estamos mais uma vez invisibilizando o feminino.

O impacto de neutralidade de gênero em uma sociedade que cultua e define gênero antes mesmo do nascimento (vide chá-revelação) é forte; é talvez um dos motivos para a reação na forma de projetos de lei proibindo ou criminalizando usos.

**ReVEL - Costumamos finalizar as entrevistas da ReVEL com sugestões bibliográficas. Você poderia indicar para nossos leitores alguns textos a respeito da linguagem neutra?**

**Raquel Freitag -**

- A minha tese de titular:

FREITAG, Raquel Meister Ko. **Não existe linguagem neutra!** Gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro. 2023. Tese de Titular. Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Letras Vernáculas, 2023.

- Pesquisas empíricas sobre marcas não binárias:

BALDEZ, Diovana da Silveira. **O uso da marcação de gênero neutro no Twitter por uma perspectiva sociolinguística.** 2022. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PEREIRA, Déreck Kássio Ferreira; SILVA, Claudia Roberta Tavares. A realização de artigo feminino diante de antropônimo masculino: uma análise sociolinguística sobre o sentimento de inclusão. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 31, n. 2, p. 1-21, 2023.

PINHEIRO, Bruno Felipe Marques; FREITAG, Raquel Meister Ko. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. **Revista Linguística**, v. 16, n. 1, p. 85-107, 2020.

- Ensaaios sobre o tema:

BARBOSA FILHO, Fábio; OTHERO, Gabriel. **Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate.** São Paulo: Parábola, 2022.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. In: FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria (org.). **Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos.** São Paulo: Blucher, 2016, p. 245-260.

LAU, Héilton Diego. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”. In: **Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero.** Maringá, 2017.

SCHWINDT, Luiz Carlos da Silva. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1 (2020), p. 1-23, 2020.

- Leituras para contextualizar o tema:

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine Gorski. **Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira**. Editora Blucher, 2015.

**Editoras e editores (corpo editorial)** – linguagem não sexista

Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL

Qualis A2

ISSN 1678-8931

www.revel.inf.br